



AVALIANDO A INCLUSÃO DE SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: INVESTIGANDO AS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES.

Maria Teresa Moreno Valdés

Universidade de Fortaleza – maitemoreno19@yahoo.es

Lia Machado Fiuza Fialho

Universidade de Fortaleza – milenaloupaz@yahoo.com.br

Milena Loureiro de Oliveira Paz

Universidade de Fortaleza – lia_fialho@yahoo.com.br

Introdução

Conforme GLAT et.al. (1998), o movimento de integração social e escolar foi introduzido inicialmente nos países escandinavos, através do princípio de normalização que, segundo FERREIRA (1993:16), significa estabelecer normas para regularizar, voltar ao estado normal.

A Conferência Educação para Todos, realizada pela UNESCO em Jomtiem, Tailândia, em 1990, formulou um documento mestre que dá forma a um projeto educacional maior, na busca de diminuição das taxas alarmantes de repetência e evasão mundiais e destaca em seu artigo 3º. Universalizar à Educação e promover a Equidade: "(...) As necessidades básicas das pessoas com deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo." (VALDÉS, 2004)

Esta declaração passa a constituir uma verdadeira política mundial de educação inclusiva, adquirindo firmeza e consistência através da Declaração de Salamanca, quando é proposto um trabalho estruturado e detalhado em relação aos grupos rotineiramente excluídos da educação: os deficientes, os meninos de rua, as mulheres, as crianças dos países em desenvolvimento. Pode-se dizer que, a partir daí, a própria Educa-

ção Especial passou a ser a parceira mais constante da educação geral e atualmente é concebida como um eixo que perpassa todos os níveis de ensino.

A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994) afirma que o movimento das escolas inclusivas é o meio mais eficaz de se atingir a educação para todos. Segundo GLAT (1998:24), a Integração/Inclusão das pessoas com deficiência tem sido talvez, a questão referente à Educação Especial mais discutida em Brasil nas últimas décadas.

Segundo MRECH (1999:18), por Educação Inclusiva entenda-se o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino, em todos os seus níveis, da pré-escola à Universidade.

Vale ressaltar que o Brasil assimilou os princípios dos documentos internacionais não apenas na Constituição de 1988, mas também na legislação ordinária referente à educação, a saúde (Lei 8.080/90) e à assistência social (Lei 8.742/93) através de números, decretos e programas voltados especificamente para a pessoa portadora de deficiência, conforme se especifica a seguir:

1. Lei 7853/1989 – dispõe sobre o apoio as pessoas portadoras de deficiência, sua integração social e disciplina a atuação do Ministério Público junto ao portador de deficiências.
2. Lei 7952, de 24/10/1989 – trata das barreiras arquitetônicas e culturais.
3. Portaria 1793, de 27 de dezembro de 1994-recomenda a inclusão de conteúdos acerca dos portadores de deficiência nos cursos de 3ro. Grau.
4. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei Federal No. 9394, de 20/12/1996.
5. Portaria 1679, de 02/12/1999 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e



reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

6. Aviso Circular 277/GM- MEC- garante o ingresso e a permanência do portador de deficiência nas instituições de ensino superior

Também em 2005, o Instituto para la Educación Superior de América Latina y el Caribe (IESALC) da UNESCO, desenvolveu um Programa Regional “Inclusão de pessoas com deficiências no Ensino Superior” que investiga o estado da arte em diferentes países da região. O estudo no Brasil foi desenvolvido por Valdés et. al. (2006)

Historicamente, os estudos e pesquisas Integração/Inclusão predominam no contexto abrangido pelas primeiras séries do ensino fundamental mais ainda é insuficiente à produção científica na Educação Superior. A compreensão de que a escola deve promover saúde e que sua contribuição é decisiva, enquanto ambiente inclusivo é favorável à saúde e a qualidade de vida do aluno e da comunidade escolar, ainda é relativamente recente (NAIDOO e WILLS, 2001). Essa noção com respeito ao papel das universidades saudáveis e promotoras de saúde é ainda mais recente (VALDÉS et al, 2006)

A Inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no Ensino Superior no Brasil já tem experiências de êxito em diferentes estados e múltiplas Instituições de Ensino Superior (IES) criaram Programas de Apoio ao ingresso e permanência dos alunos com NEE (VALDÉS, 2006) sendo o esforço ainda insuficiente. O Programa INCLUIR, do MEC, destaca a urgente necessidade da inclusão de alunos com deficiências no Ensino Superior embora unicamente ofereça recursos para Programas e Projetos a serem desenvolvidos em Universidades Federais. A relevância do tema tem sido destacada pelo Instituto para la Educación Superior de América Latina y el Caribe (IESALC) da UNESCO, que em 2005 desenvolveu um Pro-

grama Regional “Integração de pessoas com deficiências no Ensino Superior” que investigou o estado da arte em diferentes países da região. O estudo no Brasil foi desenvolvido por Valdés et. al. (2006)

Um segmento que há demonstrado problemas específicos para conseguir acesso e permanência às IES são as pessoas com deficiência auditiva, que atualmente são denominados como Surdos nas categorias estabelecidas para o Censo Escolar no Programa Federal Educação Inclusiva: Direito à diversidade (Brasil, 2005)

PARRON et. al. (2002) em São Paulo e LIMA, VALDÉS e SAMPAIO (2003) no Ceará, analisaram a integração de surdos no Ensino Superior, determinando que as maiores dificuldades encontradas para o ingresso foram a comunicação e assimilação dos conteúdos exigidos para aprovação no vestibular e a falta de preparação da Universidade para atender o aluno surdo. No estudo cearense, na maioria dos casos, apesar da percepção do ingresso à Universidade como um êxito na vida, os alunos surdos sentiam-se isolados e até discriminados, fator que poderia influir negativamente na sua Qualidade de Vida e conseqüentemente, na sua saúde.

Metodologia

Como parte de um projeto que investiga a qualidade de vida de estudantes surdos no ensino superior, foram estudadas as percepções de professores em face de inclusão de alunos surdos. Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa com dezesseis professores da área da saúde de uma IES privada de Fortaleza, que receberam um aluno surdo no curso. A coleta de dados foi realizada em fevereiro de 2006, mediante entrevista grupal e questionário estruturado com três questões abertas que investigavam as principais preocupações dos professores e suas necessidades de aprendizagem e as reco-



mendações para o processo de inclusão de estudantes surdos. O estudo foi desenvolvido no campus de uma IES privada da cidade de Fortaleza, com apoio da Associação Cearense dos Surdos (ACES). Os dados coletados das entrevistas e questionários foram analisados fundamentalmente mediante análise de conteúdo segundo Bardin (1997).

Resultados e discussão

O perfil dos participantes mostrou predominância do sexo feminino, de nível de Mestrado e média de dez anos de experiência. A análise de conteúdo permitiu que emergissem três categorias: 1) Barreiras no processo pedagógico e na prática profissional: Esta categoria emergiu do discurso relacionado à dificuldades de ensinar habilidades da prática profissional, avaliação e dúvidas sobre a relação aluno-pacientes. 2) Relações interpessoais e institucionais: Mostrou a preocupação dos professores em construir um clima positivo na sala de aula e na IES em geral. 3) Barreiras na comunicação decorrentes da falta de intérpretes em ambientes fora de sala de aula e de formação e/ou treinamento dos profissionais em LIBRAS.

Os resultados foram similares aos obtidos por PARRON et. al (2002) e demonstram a necessidade de aprofundar na problemática da formação dos professores para atender a diversidade.

Conclusão

Foi comprovado que a existência de barreiras pedagógicas, comunicacionais e atitudinais limitam as práticas inclusivas e que é necessário desenvolver estratégias centradas na promoção de Ambientes Favoráveis, que proporcionem saúde e qualidade de vida visando à realização de uma proposta interdisciplinar, que busca seus fundamentos na Saúde Públi-

ca/Coletiva, a Educação Especial, a Psicologia da Deficiência e a Didática do Ensino Superior.

A Promoção da Saúde na universidade deve fomentar o diálogo como ferramenta básica de uma comunicação emancipatória, que envolva educandos, educadores e a sociedade em geral, em formação compartilhada e continuada, na busca da qualidade de vida, paz, equidade, justiça, respeito às possibilidades e limites dos indivíduos, num ambiente salutar. Para isto, a saúde deve estar presente nos objetivos de todas as programações propiciando o empoderamento do aluno para condutas e atitudes que proporcionem melhor QV e atuando sobre os fatores que possam influir na criação de um ambiente saudável nas dimensões física, espiritual e social.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Coletânea de Legislação Federal (Portadores de deficiência). Disponível em: <http://www.mbonline.com.br/cedipod.htm>

_____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, CORDE, 1994.

_____. Leis, Decretos-Leis e Portarias. Brasília. Ministério da Educação e Cultura? Secretaria de Ensino de 1º e 2º Grau, 2001.

_____. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

_____. Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília. MEC/SEESP, 2005.

_____. Projeto Incluir, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/editalincluir.pdf> Brasília, 2005.

MORGAN, P. La iniciativa global de salud escolar de la OMS: un esfuerzo global para ayudar a escuelas a convertirse em



escuelas promotoras de la salud. IN: Memorias III Reunión Latinoamericana de escuelas promotoras de la salud. Quito, Ecuador, 10-12 de setembro del 2002. Disponível em: http://www.paho.org/Spanish/AD/SDE/HS/EPS_RED_AGEN.pdf (aceso em 30/03/2006)

FERREIRA, J.R. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. UNIMEP, 1993.p.16.

GLAT, R. A integração social das pessoas portadoras de deficiência: uma reflexão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.p.23.

LIMA, S.R.F.O.; Valdés M.T.M. Sampaio J.J.C.; A inserção do deficiente auditivo no Ensino Superior em Fortaleza. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, Anais...11-14 de novembro de 2003, São Carlos: UFSCar,2003. P30.

MRECH. L.M. Os desafios da educação especial, o Plano Nacional de Educação e a Universidade Brasileira. Faculdade de Educação-USP, São Paulo, 1999, p.18, Mimeo.

NAIDOO, J. e WILLS, J. Health promotion in schools. IN: Health promotion: foundations for practice. Baillière Tindall, 2001.

PARRON, E.R et alli. A inclusão de alunos surdos no ensino superior. Novos rumos da educação especial. Maria Cristina Marquezine et al. (Orgs) Londrina. Ed. UEL. 2002.

VALDÉS , MTM . Mudando a cultura pedagógica: Inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Superior". In: Diversidade cultural e desigualdades: dinâmicas identitárias em jogo. Maria de Fátima Vasconcelos e Rosa Ribeiro Barros (Org.), Fortaleza: Editora UFC, 2004, p. 253-270

VALDÉS, Maria Teresa Moreno. Integración/Inclusión de Personas con Discapacidad en América Latina y el Caribe. In:

UNESCO, Instituto Internacional Para La Educación Superior. (Org.). Educación Superior en América Latina y el Caribe 2000-2005:Metamorfosis de la Educación Superior. 1ra. ed. Caracas, 2006 p. 144-155.

VALDÉS, Maria Teresa Moreno (Org.). Inclusão no Ensino Superior no Brasil: Caminhos e Desafios. Fortaleza: IESALC UNESCO e Editora UECE, 2006.

VALDÉS, Maria Teresa Moreno; SANTOS, Geandra Claudia Silva; BASTOS, Marbenia Gonçalves de Almeida; MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; VITAL, Iara Lacerda Vidal; PAZ, Milena Loureiro de Oliveira; SILVA, Simone César da. Hacia una educación inclusiva en la enseñanza superior en Brasil. In: VI JORNADAS CIENTÍFICAS DE INVESTIGACIÓN SOBRE PERSONAS CON DISCAPACIDAD, 2006, Salamanca. VI Jornadas Científicas de Investigación sobre Personas con Discapacidad: rompiendo inercias, claves para avanzar. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006. v. 6, p. 118-118.